



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ECOLOGIA

A variação climática e o semi-árido

Edgard Patrício

24/02/2007 14:45

Estudos da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) já apontaram que mais de 10% do território cearense se encontram em processo de desertificação. Pressionado pelas variações climáticas, o fenômeno tende a se expandir. Antes das previsões mais recentes sobre o aquecimento global, o Brasil já trabalhava na implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PAN Brasil), elaborado pelo governo brasileiro, com a participação dos movimentos sociais, para atender às exigências da Convenção de Combate à Desertificação, da qual o Brasil é signatário. Uma das ações a serem incorporadas ao Plano é o desenvolvimento do **Sistema de Alerta Precoce de Eventos Críticos de Seca e Desertificação no Semi-Árido Brasileiro. Ou simplesmente SAP. A meta é implementar o sistema em 20 municípios do semi-árido, ainda esse ano.**

O nome é grande, a sigla é pequena e o desafio é enorme. A idéia é desenvolver um sistema capaz de alertar sobre desastres climáticos, como secas prolongadas, e acompanhar os processos de degradação ambiental em regiões já fragilizadas ambientalmente, como é o caso do semi-árido brasileiro. A previsão para a implantação do SAP é entre 2 e 3 anos e serão priorizadas as áreas atualmente identificadas no PAN-Brasil. A pretensão é de que o SAP seja implementado em bases participativas, com o objetivo de ser uma ferramenta útil ao seu público-alvo, e principalmente aos pequenos agricultores, que mais sofrem com a seca, estando mais susceptíveis à perda da safra e do investimento realizado nos cultivos. Serão investidos R\$ 8 milhões.

Os vários órgãos envolvidos no desenvolvimento e funcionamento do SAP vão ter funções específicas. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o IBGE vão captar e processar as imagens por satélite das condições climáticas e geográficas. A partir do alerta desses órgãos, os ministérios vão planejar a assistência às populações a serem atingidas pela estiagem, reforçando as ações do Fome Zero e acelerando a instalação de cisternas. Uma das preocupações do SAP é como integrar a sociedade, de forma que a mesma entenda e reaja de imediato às informações produzidas pelo sistema. Basta lembrar que muitos

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)



**ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

agricultores e agricultoras do Ceará acreditam mais nas previsões dos profetas da chuva do que da Funceme.

O atraso das políticas públicas I

Se as variações climáticas assustam agora os governos de plantão, os apelos para que se desenvolvam políticas públicas em torno da mitigação dessas variações não são novos. Há exatos 15 anos, aqui mesmo, no Ceará, ocorreu em 1992 a Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas (Icid). Numa plenária final que varou a madrugada do dia primeiro de fevereiro, foi discutida e aprovada a Declaração de Fortaleza, com os resultados das discussões da Conferência.

O atraso das políticas públicas II

Mais de 600 participantes, representando 45 países, participaram da Icid. Entre as recomendações gerais da Conferência, estavam lá, como indícios de orientação à formulação de políticas públicas para mitigar os efeitos das variações climáticas: 1) a necessidade do desenvolvimento de um novo sistema de contabilidade econômica e social; 2) maior uso de tecnologias apropriadas, 3) uma distribuição de renda mais equitativa e conseqüente melhoria da qualidade de vida, 4) maior participação política; e 5) descentralização do planejamento e do poder de decisão.

O atraso das políticas públicas III

A Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) foi criada em julho de 1999, num evento que também tratava de desertificação. Era a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca - COP3, em Recife. No mesmo ano, a ASA lança a Declaração do Semi-Árido, em que defende um programa de convivência com o semi-árido. A ASA resume o programa em duas premissas: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido e a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

As bases das políticas de convivência com o semi-árido há muito estão lançadas. E são fatores-chave para o enfrentamento dos efeitos das variações climáticas sobre a região.